

Resposta ao pedido de **consulta escrita** urgente sobre

Critério de seleção das candidaturas no âmbito do Regulamento Específico do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas - SIALM

Pedro Carvalho, União de Sindicatos do Porto, representante da CES

Comissão de Acompanhamento do ON.2 - O Novo Norte

As microempresas representam o grosso do tecido empresarial nacional e são aquelas que mais contribuem para criação e manutenção de postos de trabalho no todo nacional, sendo a «espinha dorsal» da atividade económica nas regiões interiores e rurais. Como não podia deixar de ser esta também é a realidade da região Norte.

As microempresas são aquelas que mais tem sido atingidas pela crise económica e social que o país vive, consequência do modelo de desenvolvimento económico que tem vindo a ser seguido, agravado nos últimos anos pelas consequências da política de austeridade seguida nos Programas de Estabilidade e Crescimento e, mais recentemente, pelo Programa de Assistência Económica e Financeira sobre a batuta do Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

A desertificação das regiões interiores e rurais aumentou no todo nacional, agravada pelo fecho de serviços do estado e públicos de proximidade, tendo tido um importante contributo o aumento das insolvências, encerramentos de empresas e a contínua destruição dos postos de trabalho, com impactos no êxodo populacional para o litoral e as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Esta realidade tem contribuindo também, no caso específico da região Norte, para a sua divergência com o todo nacional e com a média comunitária.

A forte contenção do investimento público e uma incorreta orientação dos fundos estruturais disponibilizados no QREN, em paralelo com o aumento dos custos de contexto das regiões interiores e rurais, como por exemplo com a introdução progressiva de portagens nas SCUTs ou o desmantelamento das infraestruturas de transportes, nomeadamente ao nível da ferrovia, são tudo fatores que contribuem para esta desertificação, não só ao nível populacional, mas da própria atividade económica.

Tendo em conta o problema estrutural do desemprego, cuja taxa oficial atingiu máximos históricos e superiores às próprias previsões orçamentais por parte do Governo, uma política pública de incentivos empresariais tem que ter como principal eixo dominante o emprego - a criação de postos de trabalho, assim como o apoio a investimentos que possam ser estruturantes ao nível local, nomeadamente em regiões interiores e rurais, que criem massa crítica que permita alavancar estratégias de desenvolvimento endógeno.

Neste sentido, não é compreensível que o parecer que nos é pedido se refira apenas ao n.º 9 do art.º 12º do projeto de portaria que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro Empresas, quando estão em causa apoios públicos com vista à dinamização económica e a criação de postos de trabalho. Consideramos, por isso, que a integralidade desta portaria e do regulamento anexo devia estar no âmbito da presente consulta escrita.

Em relação à portaria e ao regulamento em anexo, desde logo se levantam dúvidas sobre o montante da dotação orçamental proposta, de apenas 25 milhões de euros, que irá alavancar o dobro como investimento elegível total. Tendo em conta a importância destes incentivos, num contexto de recessão

económica e crescimento do desemprego, **a dotação orçamental devia ser manifestamente superior e, por isso, reforçada.**

Tendo em conta a prioridade ao emprego e a necessidade de criar postos de trabalho, era necessário garantir alterações ao art.º 6º e 9º do regulamento em apreço. Ao nível do **art.º 6**, devia ser incluído um **aditamento às condições gerais de admissibilidade (ao seu n.º 1), para que os promotores dos projetos candidatos aos apoios no âmbito do presente regulamento só poderem concorrer se não se encontrarem em situação de atraso no pagamento de salários e não lhes poder ser aplicada sanção por contraordenação grave ou muito grave por violação da legislação do trabalho e discriminação no trabalho e no emprego.**

Ao nível do **art.º 9**, estando de acordo com a lógica de diferenciação do valor do IAS proposta no seu n.º 6, alíneas a), b) e c) e com a majoração proposta de 50% para jovens desempregados ou à procura de primeiro emprego (erradamente numerada como n.º 6 no regulamento em apreço), esta devia ser alargada. Um dos problemas estruturais mais graves tem a ver com o desemprego de longa duração. Devia por isso ser incluído um aditamento para que **essa majoração também incluísse os desempregados de longa duração.**

Ao nível do **art.º 6, n.º 1, alínea e)**, a limitação imposta de admissibilidade a existência de resultado positivo antes de impostos no último exercício declarado para efeitos fiscais, acaba por ser muito restritiva no acesso aos subsídios, nomeadamente no quadro da situação económica existente nos últimos anos. O resultado positivo no último exercício nada diz de definitivo sobre a viabilidade económica de uma empresa ou os gastos que podem incorrer de financiamento em virtude das dificuldades de tesouraria decorrentes de incumprimento dos pagamentos dos seus clientes. Este critério devia ser alterado para incluir uma definição do tipo **«apresentarem resultados positivos, antes de impostos, em dois exercícios económicos dos últimos três declarados para efeitos fiscais»**. Por outro lado, o regulamento acaba por de facto deixar de fora as empresas criadas nos últimos dois anos, uma vez que em termos gerais e tendo em conta os investimentos efetuados, existe uma forte probabilidade de resultados negativos até a empresa atingir a velocidade cruzeiro do seu investimento. Esta situação também devia ser acautelada no regulamento em apreço. É de sublinhar que os incentivos e apoios públicos deviam incidir sobre micro, pequenas e médias empresas com viabilidade económica, mas com dificuldades em obter financiamento para garantir investimento ou para cobertura de dificuldades de tesouraria de curto prazo.

•
• •

Em relação ao objeto concreto da consulta, o n.º 9 do Art.º 12 do regulamento em apreço, o critério proposto devia ter como objetivo central o emprego, devendo a hierarquização ser feita com base nos postos de trabalho líquidos a criar, ordenando as empresas por ordem decrescente.

Assim, propomos a seguinte redação:

«No caso em que a dotação orçamental é excedida, as candidaturas que reúnem as condições de admissibilidade e de aceitabilidade serão selecionadas com base numa hierarquização das candidaturas por ordem decrescente com base no número de postos de trabalho líquidos a criar».